

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 939/2023

Altera a Lei Municipal n. 444/2005 para dispor sobre a criação do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos Agentes de Trânsito e demais servidores do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário – DEMUTRAN - de Mãe do Rio/PA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mãe do Rio - Pará, Excelentíssimo Senhor José Villelgagnon Rabelo Oliveira, no uso de suas atribuições legais e delegadas pela Lei Orgânica, faço saber que a Câmara Municipal de Mãe do Rio aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei Municipal nº. 444/2005 passa a vigorar acrescida do seguinte Título:

**“TÍTULO III-A
DO CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO
CAPÍTULO ÚNICO
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 16-A. Fica instituído o cargo de Agente de Trânsito do Município de Mãe do Rio/PA, sendo vinculado à estrutura funcional da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

Parágrafo único. O cargo de Agente de Trânsito do Município de Mãe do Rio/PA poderá ser remanejado para a Secretaria Municipal de Segurança Pública mediante ato normativo do Poder Executivo Municipal.

Art. 16-B. Para o cargo de Agente Municipal de Trânsito, considera-se:

I - Agente Municipal de Trânsito – cargo público municipal criado por lei, com atribuições e responsabilidades próprias, provido por concurso público e remuneração pelo Município;

Art. 16-C. O Agente de Trânsito Municipal, lotado no Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário de Mãe do Rio/PA – DEMUTRAN-, subordinado diretamente ao Diretor Geral, deve seguir diretrizes pautadas na impessoalidade e eficiência.



Art. 16-D. O Quadro de cargo de provimento efetivo de Agente Municipal de Trânsito fica constituído inicialmente por 10 (dez) vagas, nos termos do anexo I, podendo ser aumentada a quantidade, em até 05 (cinco) vagas, mediante Decreto Municipal, conforme a necessidade e estudos técnicos.

Art. 16-E. O concurso publico para o cargo de Agente Municipal de Trânsito, poderá ser realizado em duas etapas, ambas eliminatórias e classificatórias:

- I. Prova objetiva e/ou discursiva de conhecimentos geral e específico, de caráter eliminatório e classificatório;
- II. Provas de aptidão física e psicológica, mediante testes físicos, exames médicos, psicológicos e complementares, na forma prevista em Edital, de caráter eliminatório.

§1º A aptidão psicológica para o ingresso no cargo será atestada por Psicólogos, designados pela Administração Municipal, regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia.

§2º Dos exames complementares deverão constar, obrigatoriamente, teste toxicológicos e outros que objetivem detectar eventuais moléstias que impeçam o candidato a assumir o cargo de Agente Municipal de Trânsito, nos termos do Edital.

Art. 16-F. Serão exigidos para a inscrição ao concurso publico, além de outros requisitos previstos em Regulamento e/ou Edital do concurso publico:

- I. Nacionalidade brasileira;
- II. Ter no mínimo 18 (dezoito) e no máximo 45 (quarenta e cinco) anos de idade;
- III. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV. O pleno gozo dos direitos políticos;
- V. Possuir idoneidade moral, comprovada mediante apresentação de certidões civil e criminal, na forma prevista em Edital;
- VI. Possuir ensino médio completo;
- VII. Possuir Carteira Nacional de Habilitação – Categoria AB;
- VIII. Cursos técnicos de formação na área de trânsito, com carga horária mínima de 200 horas/aula.

Art. 16-G. Os candidatos aprovados e classificados no concurso público, dentro do número de vagas estabelecido, deverão, obrigatoriamente, ser submetidos a treinamento

profissional custeado pelo órgão municipal de trânsito, com a carga horaria mínima de 300 (trezentas) horas de ensino teórico e 100 (cem) horas de ensino prático.

§1º O aluno matriculado no curso de Programa de Formação Inicial perceberá o Vencimento inicial do cargo, não incluindo nenhum provento adicional.

Art. 16-H. São atribuições do cargo de Agente Municipal de Trânsito:

I - Exercer a orientação, operação e a fiscalização ostensiva do trânsito e transportes do Município de Mãe do Rio, de acordo com os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes;

II - Lavrar autos de infração no exercício das atividades de fiscalização de trânsito e transportes com base no Código de Trânsito Brasileiro e normativas complementares;

III - Desenvolver atividades dos programas, projetos e campanhas de educação e de segurança no trânsito;

IV - Desenvolver atividades de monitoramento do tráfego de veículos e operação de trânsito;

V - Participar de operações especiais de orientação e fiscalização do trânsito, inclusive em apoio à realização de eventos e obras em vias e logradouros públicos;

VI - Realizar intervenção no tráfego de veículos, quando necessário ou por determinação superior, orientando e garantindo a sua fluidez;

VII - Participar de estudos e auxiliar na coleta de dados estatísticos e situacionais, visando subsidiar a elaboração de projetos de intervenção no sistema viário e na sinalização de trânsito;

VIII - Prestar informações de natureza técnica e fiscal nos processos administrativos provenientes da aplicação de auto de infração e outros requeridos pelo Órgão Municipal de Trânsito do Município;

IX - Apresentar proposta e recomendações para a inclusão ou adequação na sinalização e infraestrutura existente nas vias e logradouros públicos;

X - Utilizar-se dos instrumentos de trabalho, conduzir veículos e motocicletas, quando habilitado e autorizado, no estrito exercício das atribuições do cargo.

XI - Fiscalizar, orientar e propor medidas de segurança pertinentes à circulação de pedestres, veículos e à sinalização de Trânsito nas vias municipais

XII - Fiscalizar a circulação de Trânsito por ciclistas e condutores de animais pelas vias urbanas;

XIII - Fiscalizar a observância da sinalização de trânsito por ciclistas, pedestres, condutores de animais e veículos automotores;

XIV - Auxiliar na coleta de dados estatísticos e em estudos sobre a circulação de veículos e pedestres, extraindo deles inferências sobre acidentes de trânsito e suas causas;

XV - Atuar e aplicar medidas administrativas, por infrações de circulação, estacionamento e paradas, prevista na Lei Federal nº 9.503/97, e convênios junto a órgãos federais e estaduais;

XVI - Fiscalizar, autuar e aplicar medidas administrativas cabíveis às informações por excesso de peso, dimensões e locações de veículos;

XVII - Orientar e fiscalizar realização de obras e eventos que interfiram na livre circulação de veículos e pedestres nas vias municipais de acordo com a legislação vigente;

XVIII - Fiscalizar e operar o cumprimento das normas gerais de trânsitos relacionadas aos estacionamentos e parada de ônibus, táxi, transportes alternativos, transportes de aplicativos, ambulâncias, motocicletas, motoboy, moto-frete, veículos pesados e demais veículos especiais;

XIX - Vistoriar veículos quanto aos aspectos de segurança, higiene, manutenção e carga;

XX - Autorizar e operar a remoção de veículos quando o condutor ou proprietário do mesmo não se encontre presente;

XXI - Examinar documentações pertinentes ao horário dos veículos de transporte coletivo, verificando os registros nela efetuadas;

XXII - Fiscalizar o Trânsito do município de Mãe do Rio, nas questões de âmbito municipal, lavrando autos de infração previstos no Código de Trânsito brasileiro e nas legislações pertinentes;

XXIII - Fiscalizar o transporte público coletivo, individual, escolar, fretado, de cargas (incluindo cargas perigosas) e o transporte não regulamentado no município, lavrando autos de infração prevista na legislação vigente, emitindo auto de infração de transporte auto de infração de trânsito, termo de remoção ou apreensão de veículo ou outros necessários;

XXIV - Fiscalizar locais específicos, em datas, locais e horários pré-determinados pela Secretaria Municipal de Administração, podendo haver delegação desta competência ao Diretor geral do DEMUTRAN;

XXV - Vistoriar e agir, com relação à observância de legislação específica, caçambas em vias públicas, carroças, bicicletas, sinalização viária irregular, inclusive com elaboração de auto de infração;

XXVI - Interpretar desenho técnico em geral e mapas;

XXVII - Dar encaminhamento às ações realizadas durante a fiscalização;

XXVIII - Encaminhar documentos necessários, inclusive relatórios de controle e acompanhamento das atividades;

XXIX - Fiscalizar o alvará de licença e funcionamento do transporte público coletivo ou individual, fretados, escolares; carga perigosa, carroça e demais veículos que necessitem de autorização do órgão executivo de transporte e trânsito;

XXX - Fiscalizar as rodovias e estradas rurais e os transportes rodoviários em toda jurisdição do município, lavrando autos de infração de trânsito e de transporte, termos de retenção e remoção de veículos e vistoria;

XXXI - Agir com relação à observância de legislação específica sempre que detectada sinalização viária irregular, inclusive com elaboração de auto de infração e outros necessários, previsto no Art. 21 da Lei Federal 9.503/97;

XXXII - Executar outras atividades correlatas ou decorrentes

Paragrafo único. Conduzir veículos oficiais do Órgão Municipal do Trânsito constitui condição inerente às atribuições do cargo, não cabendo a percepção de quaisquer adicionais pelo seu desempenho.

Art. 16-I. São deveres e prerrogativas do Agente Municipal de Trânsito, dentre outros previstos em lei:

I - Exercer plenamente o poder de polícia administrativa de trânsito e transporte em todo o território do Município de Mãe do Rio, em conformidade com o disposto do Código de Trânsito Brasileiro e legislação municipal pertinente, de acordo com as diretrizes, orientação e programação do Órgão Municipal de Trânsito;

II - Iniciar a atividade de fiscalização imediatamente quando observar algum indício, ato ou fato, em situação conflitante com a legislação de trânsito de sua competência;

III - Utilizar-se de todos os meios legais, inclusive equipamentos eletrônicos para coibir infrações previstas na legislação de trânsito;

IV - Ter livre acesso aos estacionamentos de órgãos públicos e dos estabelecimentos privados de uso coletivo, para fins do cumprimento da legislação de que tratada acessibilidade e à documentação de interesse da fiscalização de trânsito;

V - Requisitar e obter o auxílio da força de segurança pública, a fim de assegurar o pleno desempenho de suas atribuições legais;

VI - Elaborar relatórios diários de suas atividades, destacando as ocorrências especiais, apresentando-os na periodicidade determinada;

VII - Cumprir a carga horaria do cargo, escalas e ordens de serviço, estritas ou verbais, emitidas pelo Órgão Municipal de Trânsito;

VIII - Participar de atividades de formação, capacitação, aperfeiçoamento ou especialização, sempre que for determinado;

IX - Comunicar a seus superiores hierárquicos todo fato contrário ao interesse público, irregularidades ou ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo, da função ou do serviço;

X - Exercer com eficiência, eficácia e efetividade as atribuições do cargo, objetivando a qualidade dos serviços prestados à população.

Art. 16-J. São direitos dos agentes de trânsito:

I – Receber condições de Segurança Pública que resguarde a integridade física e mental do agente de trânsito;

II – Trabalhar em grupo ou em dupla e jamais sozinho em via;

III – Garantia do transporte gratuito na jurisdição municipal;

IV – Assistência do órgão com o traslado do Agente de Trânsito quando se encontrar de serviço;

§1º. O DEMUTRAN deverá realizar anualmente avaliação médica do agente da autoridade de trânsito, visando diagnóstico e a prevenção de doenças ocupacionais, pela junta médica municipal.

Art.16-K. Além do vencimento base e das gratificações previstas, em especial nas Leis Municipais nº 454/2005 e nº. 444/2005, em que não for contraditório com os benefícios previstos nesta Lei, será deferido aos Agentes Municipais de Trânsito os seguintes benefícios:

I - Gratificação de fiscalização de trânsito.

Art. 16-L. Fica instituída a Gratificação de Fiscalização de Trânsito aos agentes municipais de trânsito integrantes do quadro de pessoal do DEMUTRAN, exceto aqueles que estejam cedidos, com ou sem ônus para o órgão.

§ 1º A Gratificação de Fiscalização de Trânsito será no valor de até **25% (vinte e cinco por cento)**, calculado sobre o vencimento do servidor lotado no órgão.

§ 2º O servidor cedido a outros órgãos não fará jus à gratificação de trânsito de que trata este artigo, exceto para órgão e/ou entidade que compõe o Sistema Nacional de Trânsito, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 16-M. O Agente de Trânsito Municipal fará jus ao auxílio fardamento, no valor de 2 (dois) salários mínimos, a ser pago em duas parcelas nos meses de março e setembro de cada ano, compreendendo os materiais descritos no anexo V desta lei.

I – O colete balístico será disponibilizado pelo DEMUTRAN.

Parágrafo único: Os acessórios descritos no anexo V serão padronizados de acordo com o estipulado pelo DEMUTRAN.

Art. 16-N. Fica o Poder Executivo municipal autorizado a fazer remanejamento de pessoal lotado na Secretaria Municipal de Administração e de Educação, para o Departamento Municipal de Transito e Transporte Rodoviário – DEMUTRAN -, com vistas a exercer funções de apoio e administrativo, sem prejuízos de seus direitos e garantias assegurados na lei municipal.

Art. 16-O. Fica criado 1 (um) cargo público efetivo de Arquiteto e urbanista, pertencente ao Grupo de Nível Superior – GNS 12 -, com atribuições e vencimento previstos no Anexo I que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 16-P. Fica criado mais 1 (um) cargo público efetivo de Psicólogo, pertencente ao Grupo de Nível Superior – GNS 11 -, com atribuições e vencimento previstos no Anexo I que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 16-Q. Fica criado mais 1 (um) cargo público efetivo de Engenheiro Civil, pertencente ao Grupo de Nível Superior – GNS 04 -, com atribuições e vencimento previstos no Anexo I que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 16-R. As despesas decorrentes da execução do disposto neste título correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

§1º. A concessão de vantagens remuneratórias previstas neste título, pela municipalidade, deve ser atendida de forma gradual, respeitando-se a existência de prévia dotação orçamentária.

§2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários ao cumprimento das disposições normativas deste título.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Mãe do Rio – Pará
Mãe do Rio – Pará, 06 de março de 2023.



JOSÉ VILLEIGAGNON RABELO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE DO RIO – PARÁ
CPF Nº: 210.856.332-68

ANEXO I

**QUADRO PERMANENTE- QP
CARGOS EFETIVOS E SEUS QUANTITATIVOS**

GRUPO DE APOIO OPERACIONAL – GAO

GAO-13	Agente Municipal de Trânsito	Ensino médio completo	Exercer a orientação, operação e a fiscalização ostensiva do trânsito e transportes do Município de Mãe do Rio, de acordo com os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações pertinentes, além de outras atribuições legais.	1.302,00	10
--------	------------------------------	-----------------------	---	----------	----

GRUPO NÍVEL SUPERIOR – GNS ; registro no respectivo Conselho Profissional

GNS-12	Arquiteto	Graduação em arquitetura e urbanismo	Elaborar planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações; fiscalizar e executar obras e serviços, desenvolver estudos de viabilidade financeiros, econômicos, ambientais; prestar serviços de consultoria e assessoramento, bem como assessorar no estabelecimento de políticas de gestão. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.		1
--------	-----------	--------------------------------------	---	--	---

ANEXO V

TABELA DE AUXÍLIO FARDAMENTO

Componente do uniforme
Gandolão Manga Comprida
Camiseta Confeccionada na Malha Fria
Calça
Chapéu Australiano
Cinto de Passeio militar
Cinto de guarnição
Porta Talonário
Gorro Profissional
Coturno Tático
Apito Oficial
Fiel
Biriba
Capa do Colete Balístico
Protetor Solar

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente;
Senhores Vereadores (as);


Após estudos e promovido os devidos ajustes, apresento para apreciação dos nobres Edis dessa Casa de Leis o Projeto de lei que **cria o cargo de provimento efetivo de agente municipal de trânsito e demais servidores do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário – DEMUTRAN - de Mãe do Rio/PA, e dá outras providências**. Projeto este que tem como finalidade a integração do Município de Mãe do Rio/PA ao Sistema Nacional de Trânsito, bem como a valorização dos servidores que atuarão no planejamento, orientação e organização do trânsito em nossa cidade, que se constitui em mais uma ação deste Governo Municipal no sentido de tornar ainda melhor a qualidade de vida de nossa população.

Como é do conhecimento dos senhores Vereadores, estamos em fase de implantação do Departamento Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário – DEMUTRAN - que vai implementar ainda mais o planejamento estratégico do trânsito em Mãe do Rio/PA, o que trará grandes responsabilidades para os operadores do sistema.

Desta forma, julgando desnecessário enfatizar a necessidade de aprovação do presente projeto, vez que reconheço em cada representante do povo, nessa Casa, a percepção de que é dever da Administração Pública, dentro de suas possibilidades, oferecer aos seus servidores, e cidadãos, melhorias com vistas a garantir mais qualidade de vida. Razão pela qual, solicito-lhe seja repassado aos ilustres Vereadores o projeto em pauta, para que procedam à devida apreciação e se entenderem justo, a aprovação da matéria ora apresentada em **CARÁTER DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**.

Atenciosamente.

Mãe do Rio/PA, 06 de março de 2023.


JOSÉ VILLEIGAGNON RABELO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE MÃE DO RIO – PARÁ
CPF Nº: 210.856.332-68

Gabinete do
Prefeito



**PREFEITURA DE
MÃE DO RIO**

Construindo a Mãe do Rio de Todos

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE DO RIO
GABINETE DO PREFEITO

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO
PROJETO ATIVIDADE
1201.04.122.0003.2.004 – Gestão da Sec. de Administração

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO	
VALOR APROVADO NO ORÇAMENTO DE 2023	
Montante da Despesa Orçada na Lei Orçamentária nº 732/2022 de 21/12/2022	
Descrição por Elemento de Despesa	Valor Orçado
3.1.90.11.00	R\$ 1.850.000,00

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCICIO 2022	
Descrição por Elemento de Despesa	Valor Executado
3.1.90.11.00	R\$1.876.885,84

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DA DESPESA COM PESSOAL INCLUINDO O DEMUTRAN				
Descrição das Despesas Expandidas Por Modalidade de Aplicação	2023	20204	2025	TOTAL
3.1.90.11.00	R\$2.080.000,00	R\$2.100.000,00	R\$2.150.000,00	R\$6.350.000,00

Mãe do Rio (Pa), 03/03/2023.

José Villeigagnon Rabelo Oliveira
Prefeito Municipal